OS "NÃO LUGARES" DE TODOS NÓS

THE "NON-PLACES" OF ALL OF US

Priscylla Cristina Alves de Lima[1]

CREADO, Eliana Santos Junqueira. *Lugares de vida, espaços de lembrança: conflitos e restrições socioambientais no Parque Nacional do Jaú (AM)*. São Paulo: FAPESP / ANNABLUME, 2011. 234 p.

ISBN: 978-85-391-0223-4

Eliana Creado é pesquisadora brasileira que desde abril de 2010 atua como professora adjunta de Antropologia na Universidade Federal do Espírito Santo. Doutora em Ciências Sociais pela UNICAMP, Creado defendeu a sua tese de doutorado em 2006. Em 2008 ganhou o prêmio de melhor tese conferido pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade - ANPPAS. Foi coeditora executiva na revista *Ambiente e Sociedade* (Campinas), entre 2006 e 2011.

Foi com base na sua tese de doutorado que ela escreveu esse seu segundo livro *Lugares de Vida, Espaços de Lembranças – Conflitos e restrições socioambientais no Parque Nacional do Jaú (AM)*, lançado em 2011. Publicou também um livro de levantamento de terras indígenas na Amazônia, além de artigos e capítulos de livros, alguns deles sobre o tema central de seu novo livro, ou seja, a presença humana em unidades de conservação integral.

A pesquisa realizada por Creado focalizou sob vários pontos de vista os conflitos socioambientais decorrentes da criação do Parque Nacional do Jaú – PNJ - em 1980, localizado nos munícipios de Novo Airão e Barcelos, no estado do Amazonas, onde habitam algumas comunidades. O principal assunto do livro é a ênfase sobre as mudanças ocorridas na vida das

[1] Graduada em Geografia e Mestranda em Desenvolvimento Sustentável. Atua como Professora de Geografia da Secretaria de Educação do DF

pessoas que ali viviam, ou vivem até hoje, depois da criação desde parque que, por ser uma unidade de conservação de proteção integral, trouxe várias restrições ao trabalho, locomoção e hábitos da população local.

A autora trabalha o conceito de povos tradicionais, ainda sem consenso no mundo acadêmico, porém muito usado pelos socioambientalistas. A sua leitura do termo "tradicional" é cuidadosa, procurando não excluir aqueles que não têm todos os requisitos estabelecidos pela lei para definir povos tradicionais. Dessa forma, Creado prefere designar as populações que residem na região estudada como: ribeirinhos.

Outra discussão presente no livro se dá em torno das muitas maneiras de enxergar um lugar, ou como o espaço geográfico pode ser encarado como um "não lugar", definido pela autora como um lugar de todos e, ao mesmo tempo, ser reconhecido como um "lugar de alguém", chamado muitas vezes por Creado de "lugar antropológico". Esses conceitos são de grande importância para o entendimento da pesquisa, pois foi a partir das muitas formas de se sentir e perceber o lugar que a autora construiu a sua crítica a transformar o habitat de algumas comunidades.

O texto traz um rico trabalho de pesquisa de campo, com entrevistas que sondam as visões dos diferentes atores sociais que participam dos conflitos socioambientais da região: agentes do governo, agentes comunitários, ONGs, empresários, moradores e ex-moradores. As análises efetuadas pela autora se basearam em dados retirados de várias fontes exploradas nas suas muitas viagens de campo, como documentos institucionais internos da Fundação Vitória Amazônica - FVA e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, registros em diário de campo, entrevistas semiestruturadas, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e páginas eletrônicas.

A autora trata de um assunto polêmico Há defensores da presença humana em unidades de conservação como, por exemplo, Diegues (1998/2000), e autores contrários à ocupação humana de unidades de proteção integral, como Pádua e Dourojeanni (2001). O livro tem três capítulos. No primeiro capítulo, a autora prioriza o aspecto institucional e busca compreender as diferentes ideias na discussão da presença humana em áreas protegidas, traçando um histórico das unidades de conservação - UCs, o processo de regulamentação dos parques, a criação do IBAMA e formulação do Sistema Nacional de Unidades de Conserva-

ção - SNUC. Um dos grandes problemas apontado por Creado é o procedimento adotado na escolha da área para o parque, BASEADO POR critérios tecnocientíficos discutíveis e estudos falhos quanto a presença humana na região. Ela alerta também para a questão do ecoturismo, tão propagandeado como alternativa sustentável, mostrando que o turismo pode, muitas vezes, ser danoso às áreas de proteção ambiental se não forem feitos estudos do impacto da visitação.

No segundo capítulo, o destaque é para os conflitos e as alianças socioambientais relatados pelos moradores do parque. A autora relata memórias dos moradores que muitas vezes sofreram com intransigências injustificáveis de gestores do PNJ. Porém, há de se deixar claro que muitas das proibições relatadas por esse agentes são restrições previstas em lei e que, infelizmente para os moradores, deveriam ser realmente seguidas por eles. No último capítulo, Creado procura mostrar como a criação do PNJ trouxe mudanças que não se restringem aos moradores do parque, mas que afetaram bastante os municípios próximos e os comerciantes da região.

Creado estuda a fundo as várias questões, não se contentando com explicações simplistas, como no caso do turismo de pesca, trazendo denúncias como a presença de hotéis e o impedimento de moradores locais voltarem para as suas residências para que não "contaminassem" o visual intocado do local prometido aos turistas. Critica também as atividades de "pesque e solte" que, diferente do que muitos pensam, trazem sofrimento aos peixes. Trabalhou com a hipótese de que a criação do parque e o início de várias restrições impostas aos moradores estigmatizaram alguns hábitos da população local, como a caça e a comercialização de peixes e dos chamados "animais de casco". Além desses problemas, a autora relata muitos conflitos entre os próprios moradores e as autoridades locais. Tais problemas acabam dificultando o processo de desocupação do parque.

Quanto às populações quilombolas presentes na área, a autora relata as divergências entre duas pesquisas realizadas sobre elas. Destaca que possivelmente o estudo realizado pela FVA/IBAMA estivesse equivocado ao entender que não existiam povos quilombolas na área do parque e proximidades, já que o relatório feito por um antropólogo do Ministério Público Federal – MPF – disse o contrário. Ficou-me a impressão, no entanto, que as duas pesquisas relatadas podem

estar carregadas de percepções pessoais do que é ser quilombola. Prefiro, então, perceber o problema de outro ângulo. Ora, mesmo que no passado alguém se encaixa no perfil de quilombola, caso os hábitos dessa comunidade tenham sido alterados, mesmo assim é justo sustentar os privilégios de um grupo minoritário diante de tantos injustiçados neste país? Ao se tornarem iguais aos demais moradores, acredito ser mais aceitável que quilombolas e demais grupos tenham uma igualdade de direitos sobre o lugar ou sobre possíveis indenizações.

De acordo com Creado, o êxodo da população local se correlaciona com a criação do parque, mas essa não a única causa, pois na pesquisa foi atestada à decadência de algumas atividades produtivas realizadas pelos moradores como, mais notoriamente, a produção do látex. Interessante que a própria autora fale sobre a preferência dos habitantes do parque por serem indenizados ou reassentados e afirme que, sim, existem os que não querem sair, mas, em nota, a autora comenta que foram encontrados apenas três homens com este perfil num universo não declarado de entrevistados.

Por ser um tema tão controverso, é complicado assumir uma posição inflexível a favor ou contra a presença humana em UCs. Particularmente, acredito que exista espaço para todos os tipos de áreas protegidas, tanto aquelas que podem conviver com a presença dos humanos, como as que necessitam de proteção contra a interferência humana. A grande dificuldade, talvez, é aceitar que, muitas vezes, sacrifícios serão feitos, pessoas serão transferidas, o que não é algo trivial ou fácil. Mas esse imperativo pode ser menos traumático se existir uma política adequada e eficiente no momento da escolha e criação de áreas de proteção integral, de maneira a causar o mínimo de contratempos.

Acreditar que os seres humanos devem ou têm o direito de ocupar todos os lugares do planeta me parece um tanto egoísta diante do tamanho da biodiversidade existente no mundo. Para além disso, a nossa sobrevivência depende muito da manutenção do equilíbrio dessa biodiversidade. Ou seja, é preciso que os humanos estejam dispostos a ceder e a abrir mão em certas circunstâncias do nosso suposto direito de ocupar todo o planeta.

A autora mostra de maneira eficiente que o processo de criação de parque de proteção integral que necessita da desocupação de seus moradores não é

perfeito e que há um descompasso entre a lei e o que é visto e realizado na prática. No entanto, apesar do claro posicionamento da autora em favor da permanência das populações dentro das reservas, ela não tem como concluir que o melhor seria se eles ficassem onde estão, pois muitos dos que saíram conseguiram alcançar uma melhor qualidade de vida e ter boas oportunidades, de acordo com as suas próprias avaliações. Injusto seria obriga-los a ficar na área do parque em prol da manutenção de um estilo de vida que muitos já não querem mais. Alguns voltam ao parque, mas muitos não o fazem por que querem ou sentem saudade, mas por não terem conseguido se fixar noutro lugar melhor. Há também aqueles que conseguem e gostam de viver na base da subsistência e nada impede que eles habitem áreas de uso sustentável, como as RESEXs e RDSs próximas.

O livro mostra que os conflitos são bem mais complexos do que se imagina num primeiro momento e que, apesar de o parque ter impulsionado várias transformações locais, não foi o único motivador para a saída dos moradores. Os erros cometidos no PNJ servem de lição para a implementação de novas áreas, para que sejam bem sucedidas em seus propósitos.

O texto tem um enfoque interdisciplinar. É tanto um estudo antropológico como de gestão de unidades de conservação, dos direitos dos povos tradicionais e de implementação de políticas ambientais. Não há uma proposta de uma solução definitiva para os conflitos socioambientais do PNJ. Ainda hoje, pessoas vivem dentro dos limites do parque e por isso o texto retrata um processo ainda inacabado, um panorama dos últimos 30 anos na região do PNJ. O livro é um rico material para estudiosos de várias áreas, como antropólogos, sociólogos e ambientalistas, mas principalmente gestores de políticas públicas e gestores de parques que sofrem com conflitos com as populações remanescentes de suas áreas.